



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640082 - PR (2021/0012644-2)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : DANIEL LAUFER E OUTRO
ADVOGADOS : DANIEL LAUFER - PR032484
MARIA FRANCISCA DOS SANTOS ACCIOLY FUMAGALLI - PR044119
DIEGO CAETANO DA SILVA CAMPOS - PR057666
GUILHERME LUIZ MEOTTI - PR088995
GABRIEL KUCZUVEI DE SOUZA - PR102440
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PACIENTE : DAVID ROBISON WALTRICK DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : EDSON ROBERTO JORGE
CORRÉU : MARIA JOSE SPOSITO
CORRÉU : AMILTON DE PAIVA
CORRÉU : EMERSON APARECIDO DOS SANTOS
CORRÉU : DAYON FRANCISCO HARDT

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DAVID ROBISON WALTRICK DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO (HC n. 5053083-90.2020.4.04.0000/PR).

Sustenta o impetrante que o paciente estaria preso preventivamente há mais de 90 dias, por ordem decretada de ofício pelo Juízo processante, violando o disposto no art. 311 do Código de Processo Penal.

Acrescenta que seria hipótese de restabelecimento das medidas cautelares alternativas à prisão, anteriormente impostas ao paciente.

No mais, aduz que o paciente responde por crimes supostamente praticados sem violência ou grave ameaça, possuindo filhos que dependem de sua fonte de renda.

Requer, liminarmente, a imediata soltura do paciente, pois a prisão seria ilegal.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva, com ou sem imposição de cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois o acórdão ora questionado possui fundamentação idônea. Vejamos (e-STJ fl. 229):

"Ao contrário do que sustenta a defesa, não se trata de novo decreto prisional, proferido de ofício e sem requerimento da acusação, pois como já asseverado no HC nº 5020882-45.2020.4.04.0000/PR, a sentença condenatória ratificou a prisão preventiva para

garantia da aplicação da lei penal, isto é, trata-se de manutenção do decreto prisional já existente, devidamente motivado, e mantido nesta Corte e no STJ. por todas as razões já expostas em anteriores impetrações.

Reitero que a mera substituição do mandado de prisão - que aguardava cumprimento havia 10 meses, enquanto foragido o paciente - não configura novo decreto prisional, e manifestações posteriores do MPF - favoráveis a cautelares menos gravosas por razões diversas - não obrigam o magistrado a rever decisão já proferida e devidamente motivada.

Além disso, não se verifica a ilegalidade apontada, nem violação ao art. 311 do CPP, e menos ainda o alegado excesso na atuação judicial, na medida em que o art. 387, § 1º, do CPP determina, expressamente, que o juiz, ao proferir sentença condenatória, decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento de apelação que vier a ser interposta", Assim, ausente flagrante ilegalidade, e já examinado o cabimento da prisão preventiva, a ratificação do decreto prisional em sentença condenatória e a impossibilidade de cautelares diversas da prisão em anteriores impetrações, ratificando o indeferimento liminar do writ no tocante à matéria já examinada em anterior habeas corpus (art. 148 do RITRF4), e inexistindo alteração fática substancial, não vejo como acolher o pedido inicial.

Ante o exposto, voto por não conhecer da impetração, quanto à matéria já examinada em anteriores habeas corpus e, na parte admitida, denegar a ordem."

Diante disso, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência